

CIÊNCIA E VALORES: RETOMANDO O FÔLEGDO DA QUESTÃO

*Anna Carolina K. P. Regner**

LACEY, Hugh. *Is Science Value Free? Values and Scientific Understanding*
Routledge: London & New Yourk, 1999. 285 p. (ISBN 0-415-20820-3)

Acostumados a habitar o espaço aberto e consolidado pela ciência moderna, cujas raízes remontam a Francis Bacon, René Descartes e Galileu Galilei, os particulares valores de ordem metafísica e social que modelaram aquele espaço ‘naturalizaram-se’ a tal ponto que ‘esquecemos’ estarem as estratégias de pesquisa nele desenvolvidas necessariamente vinculadas àqueles valores. Hugh Lacey recoloca essa questão beneficiando seus leitores com um exame claro, perspicaz, altamente informativo e crítico da relação entre ciências e valores, bem como com uma detalhada análise de cada um dos termos dessa relação, contribuindo tanto a uma filosofia analítica da ciência e dos valores, quanto a uma reflexão moral sobre o lugar da ciência na sociedade contemporânea.

Em seu Capítulo 1, Lacey introduz sua análise desdobrando a questão usualmente posta em termos da ‘neutralidade’ ou não da ciência em três componentes centrais: ‘imparcialidade’, quanto à avaliação e aceitabilidade das teorias, tendo em vista valores cognitivos tais como adequação empírica, consistência, poder explicativo e preditivo; ‘neutralidade’, quanto às suas conseqüências e aplicação de seus resultados; e ‘autonomia’, quanto às estratégias de pesquisa e condições institucionais para seu desenvolvimento. Algumas teses provisórias sobre a ‘imparcialidade’, a ‘neutralidade’ e a ‘autonomia’ são estabelecidas em seu Capítulo 4, as quais serão revisadas no Capítulo 10, após trabalhada a visão do que está em jogo quando nos referimos a ‘valores’ e a ‘ciência’. A ‘imparcialidade’ é o elemento mais básico e aquele do qual os outros dois dependem, podendo e devendo ser mantida, enquanto entendida em termos de viabilizar uma comparação crítica do grau em que uma dada teoria manifesta seus ‘valores cognitivos’ face a abordagens alternativas. Uma vez que a experiência se mostrará conformada pelas estratégias de pesquisa adotadas e pelas teorias então produzidas, a comparação crítica de diferentes alternativas torna-se necessária à avaliação da aceitabilidade das teorias quanto a seu desempenho explicativo.

‘Ciência’, adverte o autor, não deve ser identificada com suas teorias, cujo caráter não será suficientemente apreendido se as abstrairmos dos processos de sua produção, teste, avaliação, reprodução e transformação, os quais ocorrem no âmbito de ‘práticas científicas’, configuradas pelas estratégias adotadas, inseridas em uma

*Departamento de Filosofia do IFCH/UFRGS e do PPG em Psicologia Social e Institucional/UFRGS. Coordenadora do GIFHC do ILEA/UFRGS. E-mail: aregner@portoweb.com.br

gama mais ampla de valores e levando a marca dos interesses e valores que orientam as instituições dentro das quais são conduzidas. De um modo geral, podemos caracterizar a ciência como ‘investigação empírica sistemática’, compreendendo duas idéias, as quais, segundo o autor, são e devem ser consideradas separadamente (Capítulo 5): as *explicações dos fenômenos*, incluindo as possibilidades explicativas contidas em seus domínios, e as *diferentes abordagens empregadas na busca de tais explicações*, sendo cada abordagem definida pela adoção de estratégias particulares, orientando linhas de pesquisa, determinando objetos e problemas em um dado quadro de valores morais e sociais. Mas, no que concerne à avaliação da aceitabilidade das teorias quanto à sua adequação empírica e poder explicativo, os valores em pauta são e devem ser, segundo o autor, estritamente ‘cognitivos’, devendo, pois, ser possível distinguir os valores cognitivos de ‘outros valores’.

Lacey dedica os Capítulos 2 e 3, respectivamente, à questão dos ‘valores’ em geral e dos ‘valores cognitivos’, em particular. A análise oferecida estabelece finas distinções entre os vários tipos de valores (p. ex.: pessoais, morais, institucionais, sociais, estéticos, cognitivos) e suas articulações em complexos de valores que se expressam em nossas práticas e em nossos discursos. Há uma íntima relação entre os valores articulados e encorajados pelas instituições dominantes em uma sociedade e os valores pessoais que através delas se articulam e nelas se corporificam. À base de nossos complexos de valores há uma dada visão da natureza humana e daquilo que leva à sua plena realização. A escolha entre diferentes complexos é influenciada por fatores tais como família, classe social, formação religiosa e não apenas ‘peso de razões’. Na busca de equilíbrio entre o institucional, o social, e o complexo de valores pessoais, diferentes caminhos podem ser trilhados e muitas vezes mesclados: ‘ajuste’, ‘resignação’, marginalidade criadora, ‘busca de poder’, ‘transformação desde as bases’ – gerando diferentes engajamentos em diferentes práticas sociais. Contemporaneamente, assinala Lacey, ‘ajuste’ e ‘resignação’ são os mais comuns. Uma certa diferença entre os valores pessoalmente sustentados em uma sociedade pode ser essencial à defesa da liberdade humana e ao delineamento do horizonte de possibilidades para a realização humana.

‘Valores cognitivos’ são características de crenças que julgamos racionalmente aceitáveis e de teorias que julgamos solidamente aceitas. Nossas ações realizam o que desejamos alcançar, dado o quadro de valores que assumimos e a crença de que a ação praticada realizará o que desejamos. Em que pese a diversificada gama de fatores (incluindo os não-rationais) que causam nossas crenças, parte do sucesso na realização dos valores que adotamos depende da adequação, à luz do ideal de verdade, de nossas crenças sobre o modo de concretizá-los. Crenças manifestas como sustentáveis e consolidadas face a valores cognitivos são freqüentemente chamadas de ‘conhecimento’. ‘Valores cognitivos’ são, pois, uma parte essencial do complexo total de valores que se adote e, para alguns, essa é a parte mais importante dessa análise. Mas nem todos os valores que conduzem a atividade científica são cognitivos. A questão é complexa. Lacey chama a atenção para o fato de que os juízos do grau de

aceitabilidade de uma crença ou teoria são determinados pelo ideal de verdade, mas que não temos outro indicador de verdade além da aceitabilidade racional. E o que é que determina o que seja ‘aceitabilidade racional’? Pode-se encontrar essa determinação independentemente da dinâmica própria a esse complexo de valores, que inclui não apenas valores cognitivos? Valores cognitivos, diz-nos Lacey, também podem ser corporificados em instituições sociais e nem todas as crenças que orientam nossas ações exibem todos os valores cognitivos em seu mais alto grau, seja porque tais valores não estejam disponíveis, seja porque os valores que queremos realizar são possibilidades (ainda) não-realizadas. Além disso, Lacey assinala que, freqüentemente, há desacordo sobre quais sejam os valores cognitivos e como classificá-los, ou sobre como aplicá-los, sobre quais sejam as ‘regras’ para julgar que teorias são aceitáveis – o que explica por que a resolução entre crenças conflitantes não consiste meramente no seu detalhado escrutínio e se reflete nas diferentes ‘filosofias da ciência’.

Como, então manter a desejada distinção entre os valores cognitivos e os demais valores, a fim de estabelecer a ‘imparcialidade’ como um valor a ser cultivado? A idéia de ‘imparcialidade’ não precisa incluir a de que as relações relevantes entre teoria e dados sejam refletidas em regras universalmente admitidas. Antes, trata-se de especificá-la em termos do modo como os valores cognitivos apropriados devem ser adequadamente manifestos nas teorias. Para que atributos de teorias sejam identificados como valores cognitivos, devem satisfazer duas condições de caráter prático: (a) explicarem as escolhas teóricas que de fato ocorrem na prática científica e (b) serem defensáveis à luz de considerações feitas a partir de teorias gerais do conhecimento, teorias evolucionário-naturalistas e psicológico-cognitivas sobre a aquisição e avaliação do conhecimento, argumentos sobre a possibilidade ou impossibilidade da manifestação concreta do critério teoricamente proposto e do fato de servirem (ou não) aos objetivos da ciência. Os valores cognitivos apropriados devem ser adequadamente manifestos nas teorias. A adequação da manifestação dos valores cognitivos numa dada teoria, do modo como classificá-los e interpretá-los são matéria de controvérsia racional, aberta ao diálogo no interior de uma dada comunidade científica e entre comunidades de investigação relevantes, e, em princípio, a uma resolução ‘objetiva’. Comumente, uma lista desses valores inclui, com desdobramentos cuidadosamente analisados por Lacey, critérios referentes a ‘testabilidade’, consistência interna, poder explicativo posto em termos de ‘abrangência comparativa’, ‘força comparativa localizada’, ‘comparação com as teorias mais seguramente estabelecidas’ e capacidade da teoria para ‘responder a criticismos’ – devendo o grau de valores cognitivos exibidos pela teoria que está sendo avaliada ser medido ‘contra’ o desempenho de suas rivais, o que leva à atenção ao contexto social da pesquisa, às condições materiais e sociais disponíveis e aos valores daqueles que participam da pesquisa.

A modificação dos valores cognitivos a adotar pode ser facilitada ou dificultada pelos valores corporificados nas instituições sociais. Uma mudança fundamental dos valores cognitivos em uma tradição de investigação requer o acompanhamento de uma mudança fundamental das instituições que sustentam a investigação e de suas

práticas de escolha entre teorias, sujeitas ao momento histórico-cultural, classe social e pano-de-fundo da formação pessoal. A necessária inserção social da ciência não impede, segundo Lacey, a confrontação crítica entre alternativas desenvolvidas e articuladas, perfiladas contra o horizonte do ideal de verdade – ponto que vê obscurecido em algumas discussões recentes sobre multiculturalismo e diversidade, o que, paradoxalmente, também obscurece uma crítica ao privilégio epistêmico que tem sido dado à ciência moderna e a certos modos de discurso filosófico, histórico e político. A exemplaridade da ciência moderna e de suas estratégias fica protegida da crítica. Isso leva ao exame realizado no Capítulo 5 sobre o papel das estratégias na investigação. O objetivo geral da ciência de entender os fenômenos pode ser formulado de diferentes maneiras, conforme a moldura estratégica em que se encontre e na qual se define o que sejam objetos e fenômenos naturais, dessa definição dependendo a resposta ao por quê são assim e a quais sejam suas possibilidades de realização – respostas que tomarão diferentes formas e refletirão diferentes interesses.

O ‘entender’ também pode tomar diferentes formas. Sua versão dominante encontra respaldo numa visão tanto metafísica, quanto epistemológica e metodológica, que podemos remontar às revoluções baconiana e galilaica, apontando a valores que excedem o âmbito dos valores meramente cognitivos: o mundo são os fatos da natureza, como uma totalidade espaço-temporal plenamente caracterizável e explicável pela sua ‘ordem (estruturas, processos e leis) subjacente’, sendo todos os objetos submetidos a essa ordem plenamente caracterizáveis, na sua ‘descoberta’, em termos quantitativos, despidos de qualquer relação essencial com a vida e práticas humanas e, assim, despidos de qualquer relação com valores. Concretamente, trata-se de usar apenas conceitos quantitativos e materialistas para designarem propriedades dos objetos materiais *qua* objetos materiais, determinando o que Lacey chama de ‘estratégias materialistas’ de pesquisa, segundo as quais os dados empíricos selecionados e coletados são abstraídos dos contextos humanos de investigação. Sob as ‘estratégias materialistas’, o entendimento produzido resulta ser da mais ampla abrangência experimental e tecnológica, abstraindo de outras possíveis propriedades e relações que os objetos dados naquela totalidade espaço-temporal possam apresentar. É um entendimento abrangente, mas não pleno, porque não esgota todas as possibilidades que possam estar involucradas nos objetos quando investigados sob outros modos de vê-los. A visão de ciência presente nas ‘estratégias materialistas’ trouxe algumas conseqüências metaéticas, como a de que os valores representam fenômenos subjetivos, em contraste com a objetividade dos fenômenos do mundo, e estabeleceu uma distinção lógica entre ‘juízos de valor’ e ‘juízos de fato’. Curiosamente, porém, o sucesso das ‘estratégias materialistas’ não pode ser desvinculado do valores sociais modernos de controle da natureza (com extremada confiança nos resultados tecnológicos) e de expansão de nossa capacidade para exercê-lo sobre os objetos – ambos fatores reforçam-se mutuamente, como mostrado no Capítulo 6.

Mas, já em seu Capítulo 5, Lacey assinala que a investigação empírica sistemática não precisa ser conduzida exclusivamente sob estratégias materialistas e

que estratégias alternativas só podem ser descartadas à luz de seus resultados. As possibilidades dos objetos identificadas pelas ‘estratégias materialistas’ não esgotam as possibilidades permitidas pelo espaço da nossa experiência e seus arranjos fenomênicos; não cobrem, por exemplo, aqueles casos em que devemos considerar as conseqüências sociais e ecológicas dos processos que se dão nos espaços materiais. Estratégias alternativas à visão dominante podem dar igualmente conta das possibilidades espaciais materiais e das condições humanas e sociais que também habitam o espaço de nossa experiência e que podem estar aí ocultas pela dominância das ‘estratégias materialistas’. Em relação às últimas, estratégias alternativas encerram um conteúdo crítico positivo, explicitamente informado por valores sociais, questionando se a ciência moderna é genuinamente livre de contexto e se, em geral, podem as possibilidades materiais dos espaços serem exploradas e mapeadas quando dos arranjos fenomênicos se abstraem as práticas sociais que dão forma a esses espaços. O argumento de que as estratégias materialistas são as únicas disponíveis não será neutro, enfatiza Lacey, se a ausência de alternativa resultar da prévia (não-discutida) negação das condições que permitiriam seu desenvolvimento. A isso acrescenta-se: podem os méritos das estratégias materialistas e dos resultados que produzem serem ‘imparcialmente’ avaliados, quando nossas instituições não favorecem espaço para o desenvolvimento de estratégias alternativas, as quais ofereceriam condições para a comparação crítica pedida pela própria ‘imparcialidade’?

Se o objetivo da ciência é entender o ‘nosso mundo’, o mundo que experienciamos, não podemos esquecer que esse mundo tem sido historicamente moldado segundo valores sociais e que a maioria de seus objetos trazem a marca da história humana, sendo, portanto, simultaneamente, objetos de um entendimento materialista e de valor social. Lacey explora a questão das relações entre ‘o mundo’ e ‘os mundos científicos’, enquanto envolvem a questão de como passar de um mundo científico a outro mundo científico, a partir da visão kuhniana sobre a atividade científica em diferentes ‘mundos’, dedicando seu Capítulo 7 a essa análise. Segundo Lacey, as estratégias delimitam o tipo de teoria a ser considerada e a busca selecionada de dados empíricos, só admitindo, por exemplo, teorias construídas com o vocabulário especializado do léxico escolhido e dados selecionados segundo tais categorias teóricas, a fim de avaliar o quanto essas teorias manifestam os valores cognitivos. Como mostra Kuhn, não há ‘léxico observacional’ independente. Não se pode, pois, pretender resolver, à base de dados empíricos, questões de escolha de teorias envolvendo diferentes estratégias. E por que se escolhe uma dada estratégia? Contestando a resposta de Kuhn, centrada na ‘fertilidade’ das estratégias (sua capacidade de gerar teorias que manifestem, em mais alto grau, à luz de seus dados empíricos, valores cognitivos), Lacey argumenta que escolhemos estratégias não apenas pela sua ‘fertilidade’ mas também por sua ‘significância’ com relação a valores que julgamos deverem pautar a experiência humana – não temos como apreender objetos de ‘o mundo’, a não ser que também façam parte de nosso mundo. Kuhn tratou dos ‘mundos científicos’, mas não dos ‘sociais’. Lacey pretende suprir essa lacuna levando em

consideração, entre outras coisas, um dado inescusável nas avaliações da atividade científica: suas aplicações, as quais remetem a condições e efeitos encontrados no mundo social e valores nele corporificados. As condições de realização das possibilidades identificadas sob uma estratégia incluem estruturas sociais que corporificam esses valores – ponto que pode ser obscurecido quando os valores sociais parecem ‘naturais’, por parecem tão ‘óbvios’ ou, como no caso da utilidade baconiana, fazerem parte do profundo auto-entendimento de uma cultura.

A questão da credibilidade cognitiva de outras abordagens com relação à inquirição empírica sistemática e a quadros afinados com outros valores de realização humana é tratada nos Capítulos 8 e 9, onde Lacey explora estratégias delineadas nas abordagens dos ‘movimentos de base nos países do terceiro mundo’ e do ‘feminismo’. Para tratar da perspectiva trazida por esses ‘movimentos de base’, Lacey examina primeiro diferentes noções de ‘desenvolvimento’ e ‘tecnologia’: ‘desenvolvimento modernizador’, característico do ponto de vista hegemônico e acoplado com a noção de ‘tecnologia avançada’, e ‘desenvolvimento autêntico’, mapeado empiricamente e teorizado em termos de noções tais como opressão e dependência, ganhando definição através da ação e organização política e social, como a que se tem estruturado nos movimentos sociais de base da América Latina, e relacionado com a noção de ‘tecnologia apropriada’, freqüentemente envolvendo a interação de conhecimento ‘técnico’ e ‘local’. A adoção de uma ou outra perspectiva gera diferentes questões condutoras de pesquisa. Ao invés de perguntar: “como podemos maximizar a produção de alimentos sob condições materiais ‘ótimas?’”, a “tecnologia apropriada” pergunta: “como podemos produzir alimento de modo que todas as pessoas de uma dada região venham a ter acesso a uma dieta bem balanceada?” Tal como ‘progresso’, ‘liberdade’ e ‘democracia’, ‘desenvolvimento’ faz parte do léxico da legitimação, cujos termos fundamentais derivam da complexa interação de ideais morais, ideais concretamente corporificados em estratégias, instituições, processos e políticas postas em ação, e idealizações teóricas. Aqueles que contestam os valores sociais das instituições que lideram os projetos de ‘desenvolvimento modernizador’ os vêem antes como causas do que como soluções à vasta miséria experienciada pelos pobres. Essa é a base de sua rejeição aos modernos valores de controle. Ao invés, buscam formas de entendimento que permitam identificar possibilidades de uma transformação social que sirva às suas idéias comunitárias de realização humana e expansão de valores tais como cooperação, participação, responsabilidade com as gerações futuras, solidariedade, auto-confiança, respeito pela natureza e uma unidade dialética entre meios e fins, concretizados na busca de mecanismos efetivamente participativos e não meramente formais.

Lacey defende a tese de que os projetos contestadores devem ser informados pelo entendimento, por formas de entendimento empírico sistemático (entendimento científico). Como exemplo, esse ponto é elaborado através do exame das várias formas de conduzir a pesquisa sobre sementes, com o objetivo adicional de mostrar como a investigação conduzida sob as ‘estratégias materialistas’ – aplicando

conhecimento científico básico de física, química, genética, bioquímica, etc. – não produz produtos teóricos ‘neutros’. Tal investigação é tipicamente conhecida como ‘revolução verde’ e seus sucessores biotecnológicos, os mais avançados defensores dos modernos valores de controle, as quais transformam a semente num bem de mercado, tendência avançada pela revolução biotecnológica, através do uso de patentes e direito de propriedade intelectual. A ‘revolução verde’ não é neutra, é criticável em termos de sua significância social e, mesmo face às suas credenciais cognitivas, não podemos dizer que realiza plenamente os valores cognitivos, caso sua aceitação leve a afirmar que não há outras possíveis estratégias de pesquisa. Do ponto de vista empírico, há registro de que as práticas desenvolvimentistas correntes estão falhando em satisfazer as necessidades básicas, cultivar as capacidades humanas e respeitar os direitos humanos de um vasto número de pobres, enquanto há evidências de que, pelo menos sob algumas condições culturais e em alguns locais, práticas agroecológicas e socialmente fortalecedoras são potencialmente sustentáveis. Diante da dessa controvérsia, Lacey, reforçando suas raízes empíricas, não propõe substituir o privilégio concedido ao conhecimento obtido sob estratégias materialistas por um privilégio a ser concedido de modo generalizado e não crítico ao conhecimento tradicional. Quaisquer que sejam as estratégias adotadas, as alegações de conhecimento devem ser avaliadas em virtude dos valores cognitivos que manifestam, não apenas em virtude de sua potencial significância para o complexo de valores adotados. Aprender e aprofundar o entendimento que subjaz às tecnologias tradicionais, separando aquelas que sejam empiricamente sólidas tem sido a maior preocupação daqueles que tentam implementar concepções de desenvolvimento opostas ao ‘modernizador’. Porém, a menos que os institutos de pesquisa biotecnológica sejam radicalmente mudados e relacionados com os valores de justiça social, Lacey pensa que a biotecnologia continuará, em sua maior parte, a servir os interesses de expansão da agricultura capitalista-intensiva e o fortalecimento da dependência e desigualdade nas relações de troca, bem como a enfraquecer a habilidade das nações pobres para utilizar um de seus mais valiosos recursos naturais, a riqueza e variabilidade de seus recursos genéticos. Quando uma estratégia está encontrando dificuldades, é sempre relevante perguntar se as dificuldades provêm do modo como o mundo natural seja, ou se resultam de forças sociais opostas. Hoje, freqüentemente se diz que considerar possibilidades que não podem ser realizadas dentro das estruturas do desenvolvimento modernizador é ‘irrealista’. Se assim for, pergunta Lacey: “onde está a fonte para a falta de ‘realismo’: no mundo natural ou no social (incluindo o uso do poder)?”

Outra abordagem alternativa examinada por Lacey é aquela cujas estratégias estão numa relação de mútuo reforço com os valores ‘feministas’. Poucos seriamente duvidam da instância crítica representada pelo feminismo para desvelar os vieses que podem estar em jogo nas práticas científicas correntes e advogar mais pesquisas sobre problemas femininos. Mas há forte resistência – em nome da ‘autonomia’, liberdade, vigor e efetividade da ciência – à idéia de que possa haver uma abordagem feminista da ciência. Lacey considera tais temores equivocados. A abordagem feminista

pode estender as práticas de busca de conhecimento a domínios que têm sido negligenciados. Embora uma estratégia possa ser adotada porque interage em mútuo reforço com certos valores, adotá-la não a compromete, nem pode comprometê-la com a concreta aceitação de qualquer teoria e, a longo prazo, uma estratégia deixa cognitivamente falando, de merecer adoção, se falha em gerar teorias aceitáveis segundo os valores cognitivos que regem tal aceitação. Assim, criticar a visão feminista pela ‘intromissão política’ que traz, sem considerar os resultados da pesquisa conduzida sob aquela visão, pode-se dizer ser uma defesa ‘ideológica’ das estratégias materialistas, sugere Lacey. Por trás do feminismo tal como o defendido por Susan Longino e interpretado por Lacey, está uma concepção de natureza humana segundo a qual seres humanos são capazes de agir informados pelos seus próprios valores, à luz dos seus julgamentos sobre as realidades em curso, e de agir eficazmente para produzirem mudanças em si mesmos e na sociedade, com base nas suas percepções. Essa concepção fornece base para priorizar valores tais como liberdade, autonomia e responsabilidade e parcialmente validar experiências subjetivas de pensamento, deliberação e escolha. Desse modo, mais do que o foco isolado de ‘mostrar o gênero’, essa moldura dirige a pesquisa para questões não colocadas pelas estratégias materialistas. O feminismo desafia as explicações das estratégias materialistas para as ações humanas, uma vez que tais estratégias as explicam em termos de ‘leis’ e o feminismo em termos de comportamento ‘intencional’ – e uma ação não pode ser apresentada, ao mesmo tempo, como intencional e ‘legal’. Por exemplo, os valores feministas contestam a explicação fornecida pelo ‘modelo linear hormonal’ para diferenças sexuais em uma série de comportamentos (incluindo desempenho em testes matemáticos) em termos de diferenças na organização cerebral, as quais são atribuídas, segundo ‘leis’, a papéis diferenciais dos hormônios gonadais no desenvolvimento fetal. O fato de que Longino preconize, no caso do conflito entre teorias, que os compromissos políticos guiem a escolha, não torna a opção pela pesquisa conduzida sob os valores feministas fruto de um mero desejo, a menos que a pesquisa nos termos do modelo hormonal linear de fato manifestasse valores cognitivos em alto grau. Mas Longino argumenta que essa pesquisa não os manifesta, uma vez que assume, sem uma discussão crítica (o que demandaria o confronto com outras alternativas), que haja diferenças cerebrais essenciais entre fêmeas e machos, a dar conta de uma variedade de diferenças comportamentais. Esse pressuposto não é ‘imparcial’, mas, ao contrário, envolve um valor – um valor ‘sexista’ – ao longo de seus valores cognitivos.

A estratégia feminista pode, assim, encorajar o desenvolvimento de pesquisa com modelos do cérebro que conflitam com o modelo em questão. Seu léxico pode permitir a seleção de dados para o entendimento das ações humanas segundo categorias diferentes daquelas das estratégias materialistas e que nem por isso deixam de ser observáveis e objeto de investigação empírica sistemática. Sob o léxico feminista, onde as ações não resultassem dos autênticos valores e crenças de uma pessoa, seria possível explorar os fatores sociais que poderiam causar a diminuição de seu poder

de ser agente. O léxico do modelo linear hormonal carece dos recursos para dar conta do tipo de dado ora descrito. Todas essas considerações, ressalta Lacey, não colocam obstáculos para que se continue a buscar explicar as ações em termos desse modelo, ainda que com seu caráter ‘sexista’. Todavia, também não prejudicam a adoção das estratégias feministas para investigar os poderes cognitivos humanos e seu exercício. Num sentido, cada uma das estratégias em questão revela interesses em ‘mundos’ diferentes e podem ser desenvolvidas sem competir entre si (exceto por verbas, talvez!). Mas, noutro sentido, competem pela produção de teorias explicativas que se aplicam no ‘mundo social’ e orientam a ação no curso de nossas práticas, seus resultados podendo ser empiricamente testados. Mas, dado o modo corrente de funcionar das nossas instituições, as estratégias feministas terão que ‘legitimar’ sua abordagem face às materialistas e criticamente testar seus próprios resultados contra os desenvolvidos por essas estratégias. A necessidade – reconhecida pelos seus próprios seguidores – de complementar a pesquisa sobre as ações humanas realizada sob estratégias feministas com pesquisas realizadas sob as estratégias materialistas, não descredencia as primeiras como abordagem essencial, por razões cognitivas, para a avaliação de teorias sobre habilidades cognitivas humanas, seu exercício e legitimação de suas aplicações práticas. Só a comparação crítica entre teorias orientadas por diferentes vieses pode garantir sua aceitabilidade medida em termos de sua adequação empírica, poder explicativo e preditivo, coerência interna, etc. Embora Longino possa lançar dúvidas sobre a idéia de ‘valor cognitivo’, Lacey enfatiza as aproximações entre as noções de ‘valores constituintes’ e ‘valores contextuais’ de Longino e suas noções de ‘valores cognitivos’ e ‘valores não-cognitivos’, respectivamente, bem como entre a sua lista de valores cognitivos e a de Longino, concluindo Lacey que a distinção crucial entre os papéis dos valores cognitivos e dos outros valores pode ser reconciliada com o papel permeante dos valores em todos os processos da ciência, de sorte que a própria inteligibilidade e *rationale* do ganho e aplicação do entendimento empírico sistemático depende desse papel.

É com a exigência dessa reconciliação que Lacey, em seu Capítulo 10, revisa suas teses sobre a ‘imparcialidade’, ‘neutralidade’ e ‘autonomia’ – centralmente colocadas na relação entre ciências e valores – e, com base nessa revisão, conclui sua longa e instrutiva reflexão. Lacey busca expressar a condição de ‘imparcialidade’ de modo que possa se aplicar à pesquisa conduzida sob qualquer estratégia, sendo esse requisito consistente com o papel que os valores possam desempenhar na escolha da estratégia adotar e com a exigência de que a aceitabilidade de uma teoria dependa apenas do alto grau em que manifeste seus valores cognitivos com relação a seus dados empíricos, sobretudo no que se refere a ‘conter as possibilidades do domínio fenomênico’ (‘abrangência’), ‘poder explicativo’ e ‘capacidade para definir os limites explicativos de uma (dada) teoria’. Os dados empíricos são buscados e registrados à luz de uma (dada) estratégia, da qual se obtém o léxico dos registros observacionais. Assim, teorias desenvolvidas sob diferentes estratégias não competirão por domínios do mesmo ‘mundo’; só pode haver competição quando houver uma caracterização

compartilhada de itens de um mesmo domínio, num léxico de práticas sociais da vida e experiência diárias ('o mundo' que possa permanecer enquanto se passa de um "mundo científico" a 'outro mundo científico'). Antes que possa ter lugar uma comparação adequada do grau em que teorias desenvolvidas sob diferentes estratégias exibem os 'valores cognitivos, essas teorias devem ter sido apropriadamente desenvolvidas. Em seu desenvolvimento, são as 'estratégias' que determinam as características que devem ser provisoriamente *consideradas*; em um segundo momento, desenvolvidas as teorias, são os 'valores cognitivos' que devem decidir a sua *aceitabilidade*. Tendemos a adotar estratégias sob as quais esperamos que teorias significativas sejam desenvolvidas. Uma teoria solidamente aceita pode não ser significativa, mas uma teoria *significativa* (quanto a valores sociais) deve também ser *solidamente aceita* (quanto a valores significativos). É no exame das condições dessa aceitação que reside a 'imparcialidade', a qual só é possível quando a pesquisa é conduzida de modo a permitir o desenvolvimento de diferentes estratégias geradoras de diferentes teorias.

Admitido que valores sociais desempenham seu papel na atividade científica, as teorias não são 'neutras', pelo menos no sentido de sua *significância*, que diz respeito à sua aplicação desde o ponto de vista de valores sociais, e, pode-se acrescer, no sentido de que, ao se examinar a 'ciência', não se deve abstrair as teorias de seus processos de produção e avaliação. Assim, será mais adequado mudar o foco da questão da 'neutralidade' de teorias isoladas para práticas científicas. Dado o comprometimento dessas práticas com estratégias de pesquisa inseridas em quadros de valores, a única idéia de 'neutralidade' que pode ser sustentada está de acordo com a de 'imparcialidade' antes examinada. Não há como evitar ou tentar esconder o vínculo de atividade científica com valores sociais sob a alegação de "neutralidade". O ponto fundamental de referência para as questões valorativas é a contribuição que um dado complexo de valores traga à idéia da natureza humana que se queira realizar. A 'neutralidade', pois, não é neutra, nem decorre apenas de considerações cognitivas e metodológicas, mas de um dado modo de valorizar a vida humana e conceber a natureza e a experiência a ser investigada, a qual estará necessariamente vinculada a um dado quadro valorativo, e advoga a possibilidade de múltiplos enfoques e de sua avaliação comparativa. O que dizer sobre a 'autonomia'? Nas palavras do próprio autor, uma vez que engajar na pesquisa científica é adotar uma estratégia e a adoção de uma estratégia particular só se torna inteligível à luz do seu reforço mútuo com valores, a 'autonomia' quanto a valores sociais e condições institucionais não pode ser sustentada. A 'imparcialidade' é retida como condição viabilizadora e desejável para o avanço da pesquisa, como ideal cuja realização requer, antes que preservar a ciência da influência de valores, permitir uma diversidade de valores, levando a uma variedade de estratégias competidoras. Como as diferentes estratégias venham a interagir com valores sociais que sustentem as mais ricas formas possíveis de realização humana – não é apenas uma questão epistemológica para a compreensão da ciência, mas uma das questões morais mais urgentes em nossos dias, conclui Lacey.